

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO: DOSSIÊ “POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS
IDENTITÁRIOS”

PRESENTATION: DOSSIER “PUBLIC POLICIES AND IDENTITY
PROCESSES”

PRESENTACIÓN: DOSSIER “POLÍTICAS PÚBLICAS Y PROCESOS
DE IDENTIDAD”

Cecília Pescatore Alves

● Doutora e Mestre em Psicologia Social (PUC-SP), psicóloga. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), e no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da mesma Universidade.

● E-mail: cpalves@pucsp.br

Suélen Cristina de Miranda

● Pós-doutoranda, Doutora e Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, psicóloga. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM). Docente no curso de Psicologia da Faculdade Nove de Julho.

● E-mail: suca_miranda@hotmail.com

Leandro Marques Cabriliano

Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Graduado em Psicologia e Pós-graduado em Saúde Mental com enfoque no gerenciamento de serviços pela Universidade Cruzeiro do Sul. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose (NEPIM) da PUC-SP. Docente na Universidade Cruzeiro do Sul.

● E-mail: psi.lcabriliano@outlook.com

RESUMO

O texto apresenta as reflexões do presente Dossiê, centradas na identidade em constante metamorfose, moldada por aparências, significados sociais e interações. Destaca-se a relação ambígua com as políticas públicas, que podem atuar tanto no controle quanto na emancipação, integrando os conceitos de biopolítica e reconhecimento. Na saúde mental, ressalta-se a luta antimanicomial e o papel das práticas coletivas para a promoção da autonomia e da participação social, superando o modelo hospitalocêntrico e os estigmas associados. De modo semelhante, a educação configura-se tanto como espaço de reprodução de desigualdades, como um campo de possibilidades para identidades que desafiam o status quo. Sendo assim, propõe-se a construção de políticas que acolham as complexidades identitárias e promovam o protagonismo dos sujeitos.

Palavras-Chaves: Identidade; Políticas Públicas; Saúde Mental; Educação.

ABSTRACT

The text consists of reflections about this Dossier, centered on identity as a constant metamorphosis shaped by appearances, social meanings, and interactions. It highlights the ambiguous connection with public policies, which can serve both as mechanisms of control and as tools for emancipation, integrating the concepts of biopolitics and recognition. In the field of mental health, the text emphasizes the anti-asylum movement and the role of collective practices in fostering autonomy and social participation, overcoming the hospital-centered model and associated stigmas. Similarly, education is portrayed both as a space for reproducing inequalities and as a field of possibilities for identities that challenge the status quo. Thus, the proposal is to develop policies that embrace the complexities of identity and promote individual agency. **Keywords:** Identity; Public Policies; Mental Health; Education.

RESUMEN

El texto presenta las reflexiones del presente Dossier, centradas en la identidad en constante metamorfosis, moldeada por apariencias, significados sociales e interacciones. Se destaca la relación ambigua con las políticas públicas, que pueden actuar tanto en el control como en la emancipación, integrando los conceptos de biopolítica y reconocimiento. En el ámbito de la salud mental, se resalta la lucha antimanicomial y el papel de las prácticas colectivas para la promoción de la autonomía y la participación social, superando el modelo hospitalocéntrico y los estigmas asociados. De manera similar, la educación se configura tanto como un espacio de reproducción de desigualdades como un campo de posibilidades para identidades que desafían el statu quo. Así, se propone la construcción de políticas que acojan las complejidades identitarias y promuevan el protagonismo de los sujetos.

Palabras clave: Identidad; Políticas Públicas; Salud Mental; Educación.

A ideia gênese desta reflexão é, em síntese, a de que a identidade humana se configura como um processo em contínua metamorfose (Ciampa, 1987). Ela emerge e se transforma na oscilação entre as aparências que ostentamos, os significados que a sociedade nos atribui e as interações que estabelecemos com os outros. Não subsiste uma identidade fixa ou estática; ela é dinâmica, mutável e plural, emergindo na prática cotidiana, na medida em que atuamos em distintos papéis sociais e nos abrimos ao diálogo com os demais. O que se expressa não é uma essência imutável, mas o movimento que nos constitui e que constituímos ao longo da vida, conforme atuamos no mundo e incorporamos os sentidos que atribuímos às experiências vividas.

Ao discutir a ideia de metamorfose, tomando como referência Ciampa (1987), observa-se que a identidade está em constante transformação: há uma mudança contínua, mesmo quando a aparência parece manter uma continuidade. A imobilidade, chamada pelo autor de *mesmice*, corresponde, na prática, a uma reposição de personagens e a uma recusa do processo de mudança; portanto, a não metamorfose é viável apenas na forma de aparência. Desse modo, a identidade permanece inerentemente dinâmica, não se restringindo a estágios específicos da infância ou da adolescência.

A presente proposição teórica articula, de modo consistente, a relação entre identidade, questões ideológicas e biopolíticas, evidenciando que a construção identitária é mediada por estruturas de poder, controle e dominação. A partir dessa fundamentação, sustenta-se que as identidades não emergem de forma autônoma, mas são produzidas e sedimentadas no interior de regimes de visibilidade e normalização que caracterizam a ordem contemporânea. O eixo analítico, portanto, desloca o foco da identidade como mero atributo subjetivo para a percepção de sua tessitura sociopolítica, onde as dinâmicas de poder modulam o acesso a direitos, representações e reconhecimentos.

Em seguida, o giro da biopolítica, conforme explicitado por Foucault (1998), amplia o enquadramento analítico ao considerar o modo como dispositivos de manejo da vida — entre eles, as redes digitais, as tecnologias de vigilância e as práticas de governamentalidade — operam sobre o corpo, a saúde, as ideias e as subjetivi-

dades. Ao transpor o espaço institucional para o ambiente das plataformas virtuais, observa-se a intensificação de mecanismos de disciplina, normalização e gestão de riscos, que não apenas constroem identidades, mas também regulam comportamentos e dissipam resistências e marginações de determinados grupos. A argumentação desvelada sugere que a biopolítica, ao ganhar contornos permanentes no cotidiano, reconfigura a experiência subjetiva do eu e alimenta a produção de subjetividades conforme os padrões hegemônicos de legitimidade.

A centralidade do reconhecimento, de acordo com Honneth (2011), opera como fio condutor para compreender a relação entre o eu e o outro, inaugurando um campo de sofrimento, humilhação e exclusão de direitos quando esse reconhecimento é negado ou distorcido. A interdição de reconhecimento, então, não se reduz a uma dimensão meramente moral, mas assume contornos político-estruturais que moldam identidades e trajetórias de vida. Nesse sentido, a dinâmica do reconhecimento requer uma crítica ética que desfaça as assimetrias institucionais e culturais, abrindo espaço para a legitimação de subjetividades historicamente marginalizadas. A articulação entre biopolítica e reconhecimento ilumina, assim, as vias pelas quais o sofrimento identitário emerge como uma forma de resistência, bem como uma demanda por cidadania plena.

As políticas de identidade aparecem, por sua vez, como forças ambíguas: por um lado, funções regulatórias e, em alguns contextos, colonizadoras; por outro, instrumentos de emancipação e libertação. Ciampa (1987) destaca a relação entre políticas de identidade e identidades políticas, sublinhando as assimetrias de poder, a luta pela autonomia e pela autenticidade, bem como a necessidade de reconhecimento como condição de agência. Pesquisas e casos empíricos (Miranda, 2017; Veiga, 2021; Miranda, 2022; Alves, 2022; Santos; Alves, 2023) evidenciam como discursos estéticos hegemônicos, discriminações de raça e gênero, bem como procedimentos institucionais, constituem identidades, frequentemente impondo reconhecimentos distorcidos que dificultam a autonomia dos indivíduos. A leitura crítica, por conseguinte, exige a desmontagem dessas imposições e a promoção de configurações identitárias que ampliem direitos, possibilidades de participação e autodeterminação.

Conclui-se, de modo contundente, que a identidade se apresenta como problema político que demanda uma leitura crítica rigorosa. As identidades são produzidas no contexto sócio-político-econômico vivido, no qual as estruturas de poder privilegiam determinados grupos enquanto excluem outros, o que impõe uma análise cuidadosa da metamorfose identitária como componente da história social. Em síntese, identidade, metamorfose e as (im)possibilidades de emancipação caminham juntas, entrelaçadas com o sujeito e com as estruturas da sociedade capitalista em que vivemos, requerendo uma compreensão que, além de desvelar dinâmicas de exclusão, delineie caminhos para a afirmação de autonomia e dignidade humanas.

A partir da síntese apresentada, é possível estabelecer uma ponte clara entre as três camadas conceituais (metamorfose identitária, biopolítica e reconhecimento) e a reflexão sobre políticas públicas. A leitura ética-política das identidades exige políticas públicas que sejam dinâmicas, inclusivas e responsabilizadoras. Ao incorporar a ideia de identidade como metamorfose, mediada por relações de poder e pela biopolítica, sustenta-se a importância de refletir sistematicamente sobre políticas públicas como espaços de construção de legitimidade, justiça social e emancipação humana.

Neste intento, foi pensado o Simpósio Políticas Públicas e Processos Identitários, realizado em 17 de junho de 2023. Organizado pelos integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), que é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o evento contou com participação de profissionais e pesquisadores que atuam e se interessam pela temática da saúde mental como política pública e suas respectivas implicações para o sujeito contemporâneo.

Diante das transformações sócio-político-econômicas das últimas décadas, as discussões promovidas se debruçaram sobre os referenciais identitários a que o sujeito está submetido, buscando contemplar suas metamorfoses frente às políticas públicas atuais. Assim, neste Dossiê, também estão incluídas as reflexões propostas no NEPIM sobre as questões de saúde mental no contexto educacional, a título de contribuição para o aprofundamento acerca das interlocuções desta área.

O relato intitulado *“A luta antimanicomial e o processo identitário: um longo caminho de transformação do ‘doente mental’ para o cuidado de uma pessoa com todas as suas necessidades”*, de Sueli Terezinha Ferrero Martin, traz uma leitura das políticas públicas sobre a saúde mental no Brasil, contextualizada pela história da reforma antimanicomial e pelo papel dos movimentos sociais, oferecendo várias linhas de diálogo com o arcabouço teórico sobre identidade como metamorfose, intersubjetividade e biopolítica. O texto enfatiza que a saúde mental não pode ser entendida apenas sob o prisma biomédico, mas como um campo fortemente politizado, moldado por lutas sociais, movimentos, leis e financiamentos. Isso reverbera a sua hipótese de identidade como processo dinâmico, em que sujeitos mudam de posição, desafiam classificações e buscam autonomia.

As trajetórias do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila) e do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), além do papel da Conferência Nacional em Saúde Mental (CNSM), mostram como identidades coletivas (movimentos, redes, coletivos) produzem políticas públicas que buscam reconhecimento, autonomia e inclusão. Em termos de identidade, isso corresponde ao movimento de metamorfose coletiva, que a autora descreve como emancipação frente a identidades impostas.

A autora faz uma leitura histórica da relação entre hospitalocentrismo e redes substitutivas, de modo a nos permitir conectá-la à ideia de biopolítica (Foucault, 1989), na qual o Estado organiza a vida das populações. Em termos de identidade, isso significa que certas formas de ser (pessoas com sofrimento psíquico) podem ser reguladas, sancionadas ou estigmatizadas por políticas de saúde, trabalho e assistência social. A evidência de avanços e retrocessos (como a construção da rede psicossocial - RAPS, as contrarreformas e as comunidades terapêuticas) ilustra bem a luta entre normalização/controle e reconhecimento/participação. Essa oscilação sublinha a natureza política da identidade individual e coletiva, conforme seu enquadramento teórico.

Destaca, deste modo, a importância da participação social, autonomia e redes de apoio para construir políticas que respeitem a dignidade e o protagonismo dos usuários. Isso dialoga com a ideia de “reconhecimento” (Honneth, 2011) como con-

dição de identidades políticas bem-sucedidas, onde o outro é visto como sujeito de direitos. Já a crítica à mercantilização da saúde mental, à expansão de áreas de exclusão social (pobreza, raça, gênero, violência institucional) e à necessidade de enfrentar práticas de estigmatização reforçam a leitura de que políticas de identidade não são neutras: elas distribuem privilégios, reconhecimentos e recursos, reproduzindo ou desbordando hierarquias sociais.

Nessa reflexão, o relato apresenta um histórico da participação social como motor de ruptura com o modelo manicomial, chegando a discutir dilemas contemporâneos, como os financiamentos e os dilemas entre redes comunitárias e estruturas institucionais. Essa dinâmica espelha a tensão entre autonomia (emancipação, agência individual) e heteronomia (normas institucionais, obediência a regras de financiamento e gestão). O referencial de identidade metamorfose ajuda a entender como sujeitos, grupos e instituições negociam essa tensão na prática cotidiana.

Assim, a crítica aos abusos institucionais (violação de direitos, condições degradantes em hospitais psiquiátricos, precarização de serviços) reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas reorganizem serviços, mas que transformem as condições de poder, financiamento e supervisão. De modo semelhante, a referência à pandemia, à violência institucional e à persistência de preconceitos indica que o processo das políticas públicas exige vigilância, participação social contínua e estratégias de enfrentamento intersetoriais (educação, cultura, direitos humanos).

Adensando este debate, Cláudio José Cobiañchi, em *“Apontamentos sobre a prática antimanicomial em dispositivos de Saúde Mental no Estado de São Paulo”*, discute a permanência do modelo manicomial e as lutas sociais que o atravessam, articulando história, política e prática clínica. A partir dos pressupostos teóricos sobre identidade como processo dinâmico, poder biopolítico, reconhecimento e emancipação, é possível observar que o relato sobre a reforma psiquiátrica, as lutas antimanicomiais e as experiências em CAPS ilustra exatamente esse movimento identitário: indivíduos, que historicamente internalizaram estigmas e redes de controle, vão tomando voz, agência e formas de subjetivação diferentes a partir de práticas coletivas (assembleias, teatro, jornal, oficinas de escrita).

A continuidade histórica (idas e vindas, avanços e retrocessos) pode ser lida como uma metamorfose contínua da identidade coletiva: mesmo diante de dispositivos repressivos, há formas de resistência, recomposição de identidade e surgimento de novas políticas de cuidado. Se a biopolítica cria dispositivos de normalização (corpo, saúde, comportamento) e o reconhecimento pode ser manipulado para legitimar ou deslegitimar identidades, a passagem do hospital-central para espaços de cuidado comunitário (colônias terapêuticas, Comunidade Terapêutica, CAPS) mostra disputas sobre quem é reconhecido como sujeito de direito e cuidado versus quem é classificado como “instável” ou “perigoso”.

A crítica à “ilusão de liberdade” das colônias manicomiais, mencionada pelo autor, dialoga com a ideia de que o reconhecimento pode ser instrumentalizado para manter hierarquias de poder (reconhecimento formal sem transformação substantiva de condições de vida). Ao mesmo tempo, as práticas de hospitalidade, assembleias, participação interna, teatro e jornalismo são modos de contrapor a biopolítica disciplinar, oferecendo outros paradigmas de cuidado que promovem autonomia e participação civil.

Ciampa (2002) aponta que políticas de identidade podem funcionar tanto como força regressiva (reprodução de normas hegemônicas), quanto como alavanca emancipatória (autonomia, reconhecimento, autonomia política). O relato demonstra esse duplo movimento: por um lado, historicamente o sistema manicomial impunha normativas coercitivas; por outro, as ações antimanicomiais, as redes de luta e as práticas de resistência (teatro misto, jornal comunitário, participação de usuários) reconfiguram identidades políticas dos sujeitos e constroem espaços de agência. A ênfase no protagonismo dos usuários (em CAPS, oficinas de escrita, produção de conteúdo) exemplifica a ideia de identidades politicamente construídas a partir da cooperação, da criatividade e do reconhecimento mútuo.

As investigações produzidas no NEPIM alertam para a distância entre as políticas discursivas (reconhecimento, direitos humanos) e as práticas sociais cotidianas que produzem sofrimento, humilhação e exclusão. O relato expõe esse hiato de forma histórica (do manicômio judiciário às comunidades terapêuticas e CAPS) e atual (continuidade de práticas que ainda minam a dignidade de pessoas com transtornos mentais). A experiência de vivência em espaços de cuidado comunitário revela uma ética de cuidado

baseada na transparência, participação, respeito à subjetividade e produção coletiva de sentido — resposta prática a luta institucional entre imposição e emancipação.

O texto evidencia, ainda, que a população internada era majoritariamente negra, com uma história de violência, segregação e desumanização — apontando para interseções entre raça, classe e institucionalização. As concepções de Ciampa (1987) permitem interpretar essas dimensões como componentes centrais das políticas de identidades com possibilidades emancipatórias: as lutas por autonomia não são apenas terapêuticas, mas também antirracistas, antipatriarcais e antissistêmicas.

Assim, as práticas de estigmatização, discriminação e controle vigilante (observação, camadas de segurança e a delimitação de espaços) ganham leitura crítica sob a ótica da metamorfose identitária e das políticas de reconhecimento que não devem reproduzir desigualdades. A ênfase, destacada pelo autor, na participação do usuário, na agência e na criação de narrativas coletivas (jornal Tarja Preta, oficinas de escrita) aponta para uma ética de emancipação: indivíduos não são apenas objetos de cuidado, mas sujeitos ativos na construção de sua própria história.

Na sequência, o dossiê apresenta o texto *“Políticas sobre drogas na cidade de São Paulo e o contexto nacional: história, disputas e participação social”*, de autoria de Marcos Muniz de Souza, explicitando um relato histórico-político sobre as políticas públicas de álcool e outras drogas (AOD) e dialogando com as ideias centrais do arcabouço teórico citado no trecho anterior: a identidade como metamorfose, o papel das aparências e do reconhecimento intersubjetivo, bem como a relação entre biopolítica, poder e controle social.

O interlocutor (um profissional da saúde mental/gestão de políticas) problematiza a tradição “hospitalocêntrica” e a privatização de certas soluções para uso de drogas, defendendo uma transição rumo à rede de atenção Psicossocial, redução de danos, cuidado em liberdade e abordagens intersetoriais (habitação, renda, saúde, educação, direitos humanos). Essa posição é coerente com o referencial de crítica à biopolítica: deslocar o foco do “controle do corpo” para políticas que reconheçam a humanidade do sujeito e melhorem suas condições de vida.

A contribuições teóricas e políticas que aparecem no texto enfatizam a neces-

sidade de políticas que não apenas imponham estruturas regulatórias (padrões de comportamento, abstinência, penalidades), mas que reconheçam a humanidade e o saber dos usuários, evitando um “reconhecimento perverso” e a desvalorização. Esse ponto dialoga com a leitura de Honneth (2011) sobre o reconhecimento como condição de autoestima e autonomia, bem como com Ciampa (1987) na definição do reconhecimento como elemento constitutivo da identidade.

O autor descreve como as identidades de grupos vulneráveis (moradores de rua, usuários de crack) são moldadas por políticas que podem, simultaneamente, produzir empoderamento ou exclusão. A crítica à biopolítica é evidente quando se aponta que dispositivos de controle (lei de drogas, repressões, “operações” de dispersão) podem segmentar, estigmatizar e excluir, ao invés de promover direitos e cidadania. Por sua vez, a defesa de práticas de redução de danos, a abertura de espaços de uso supervisionado e a criação de serviços como os CECCOs (Centros de Convivência Cooperativa) reflete uma aposta por políticas menos punitivas e mais articuladas com as necessidades vividas pelas próprias comunidades. Isso se alinha a uma leitura de constituição de cidadania por meio de acesso a direitos básicos (habitação, saúde, trabalho) e participação social.

A passagem pela experiência paulista (articulação entre Secretaria de Saúde, Secretaria de Justiça, Rede de Proteção Social e Conselhos) mostra a percepção de que políticas eficazes dependem de cooperação entre setores, não de soluções isoladas, enquanto a crítica à “proibição absoluta” aponta para a necessidade de políticas que reconheçam a complexidade socioeconômica (desigualdade, criminalização, tráfico). Denuncia, assim, tensões entre lógicas políticas (eleições, interesses de comunidades terapêuticas, financiamentos, gentrificação) e as necessidades reais das pessoas afetadas, lembrando que as políticas de identidade têm, em sua dimensão, possibilidades tanto emancipadoras quanto regulatórias, ao reproduzir hierarquias e exclusões.

Encerra-se este dossiê com uma produção coletiva de pesquisadores do NEPIM que, diferente dos outros relatos, não integrou as discussões do mencionado evento, mas foi construída visando contribuir com a ampliação das reflexões sobre saúde mental para o contexto educacional. Sob o título “*Negritude e práticas educacionais*

de (re)existência: uma leitura crítica acerca da articulação entre políticas públicas e processos identitários”, de Bruno Yoshio Hara, Leandro Marques Cabriliano e Kaynã de Araújo Pimentel, sustenta uma leitura da educação brasileira como campo de disputas estruturais, onde desigualdades de raça, classe e gênero operam de modo persistente frente a reformas neoliberais. A partir de uma articulação entre políticas públicas de saúde mental, educação básica e um arcabouço teórico que se alterna entre as postulações de hooks (2024) – pedagogia libertadora – e Ciampa (1987) – psicologia social crítica –, o artigo defende a (re)existência como prática político-poética de resistência, que gera saberes e modos de vida emancipatórios.

O ponto central proposto para fundamentar a análise é a noção de identidade em constante metamorfose, entendida como processo dinâmico, complexo e inseparável de interações intersubjetivas e de estruturas biopolíticas de poder. Nesse quadro, as discussões convergem para a ideia de que identidade não é um dado fixo, mas uma prática social que se transforma na relação com o mundo, nos papéis sociais desempenhados e nas relações de reconhecimento (ou negação) que emerge dos outros.

Os autores, alinhados a Ciampa (1987, 2002), problematizam a mesmice que frequentemente acompanha a atuação escolar sob o signo de políticas de identidade regulatórias. Ao afirmar que a identidade é metamorfose, dialogam com a noção de que o sujeito não é fixo nem estável, mas se recria na interseção entre aparência, significados socialmente construídos e práticas intersubjetivas. No contexto do Novo Ensino Médio, essa perspectiva permite compreender como jovens negros e periféricos são empurrados para determinados itinerários e como, ao mesmo tempo, emergem experiências de resistência que rearticulam sentidos de corpo, saber e futuro.

A ideia de identidade como movimento autoriza a leitura da escola não apenas como espaço de reprodução de desigualdades, mas como campo de possibilidades para comungar identidades políticas, culturais e pedagógicas que desafiem o status quo. Já a relação entre identidades, biopolítica e sofrimento psíquico oferece uma chave analítica útil para articular as tensões entre norma, controle e emancipação.

Conforme Ciampa (2002), as identidades são atravessadas por mecanismos de poder que mediam corpos, escolhas e expressões de sujeito. O reconhecimento negado, presente nos relatos de Thiago, evidencia o modo como a violência simbólica produz efeitos de desvalorização identitária e de adoecimento psíquico. A perspectiva de Foucault (1998) sobre biopolítica (moldar corpos e populações) dialoga com a crítica à mercantilização da juventude na escola neoliberal, na qual o sujeito é reduzido a um conjunto de competências voltadas à empregabilidade. O aspecto ético-político, portanto, não é apenas defender um direito à saúde mental, mas questionar as práticas de governo da vida que produzem subjetividades excludentes.

A noção de (re)existência, tão central ao texto, se apoia na ideia de que resistência não se limita a negar opressões, mas envolve a criação de modos de ser, aprender e conviver que afirmam identidades históricas e culturas marginalizadas. Ao articular saberes da negritude, da ancestralidade e das periferias com a teoria de hooks, o artigo aponta para a escola como espaço de invenção de identidades políticas que contestam o imperialismo pedagógico da meritocracia e da racionalidade tecnocrática. A metamorfose identitária é, portanto, uma prática de autonomia: uma forma de afirmar que a educação pode ser território de emancipação, não apenas de socialização funcional ao capitalismo. Essa visão encontra respaldo na ética da dignidade humana, afirmada tanto na Constituição quanto em instrumentos internacionais, ao defender educação como direito básico, não como privilégio.

Nesse contexto, o argumento interseccional mostra-se fundamental para evitar leituras reducionistas da identidade. A intersecção entre raça, classe, gênero e território é o que, na prática, produz desigualdades acentuadas no âmbito escolar. A proposta de Ciampa (1987) de que a identidade é polissêmica e politizada reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam não apenas déficits individuais, mas estruturas sociais que demandam transformação institucional: financiamento adequado, formação docente crítica, currículos que integrem filosofia, sociologia e saberes afro-brasileiros e indígenas, bem como mecanismos de escuta e participação que democratizem o poder de decisão na escola. Nesse sentido, a (re)existência emerge como resposta ética às políticas identitárias hegemônicas: é a afirmação de que o sujeito não está fadado a um papel imposto, mas pode mobilizar-se para redesenhar seu próprio trajeto e suas práxis pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. P. Reconhecimento: um estudo sobre políticas de identidade. In: FURLAN, V.; VEIGA, A. C. (org.). **Psicologia social do reconhecimento**. Curitiba: CRV, 2022.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (org.). **Uma psicologia que se interroga**: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: à vontade de saber. Rio de Janeiro: Grall, 1998.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2ª edição Brasileira, 1ª reimpressão, 2011.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

MIRANDA, S. C. **O empreendedorismo enquanto necessidade sistêmica e as (im) possibilidades emancipatórias**: histórias e projetos de vida de mulheres imigrantes no Brasil. 2022. 343 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

MIRANDA, S. F. Políticas de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil. **Dossiê Psicologia & Sociedade**, n. 29, e171201, 2017.

SANTOS, C. R. S.; ALVES, C. P. Políticas educacionais, política de identidade: a identidade de uma jovem negra universitária. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 08, ed. 07, v. 01, p. 45-75, jul. 2023.

VEIGA, A. C. **Alfabetização de Adultos**: da Admiração Estética à Constituição de uma Identidade de Leitor. 1ª ed. Belo Horizonte: Dialética, 2021.